

Investco S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 00.644.907/0001-93



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2022 foi um período marcado por diversos avanços e conquistas para a INVESTCO. Conseguimos estabelecer um padrão operacional com os indicadores da UHE do Lajeado registrando níveis altíssimos de excelência e, pelo quarto ano consecutivo, a disponibilidade operacional manteve-se acima dos 97%. A taxa de falha da usina ficou em zero pelo segundo ano consecutivo, o que reforça a confiabilidade da operação.

Desde 2018, a UHE do Lajeado figura entre as melhores usinas do país com nota 100 em Meio Ambiente e Segurança, segundo ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Ainda, em linha com os destaques mencionados, a geração anual atingiu o maior valor dos últimos 7 anos, com 4,03 TWh gerados no ano de 2022.

Esses resultados consolidam a Usina Hidrelétrica do Lajeado como uma instalação de alta performance em todos os níveis. As certificações ISO 9001, 14001, 45001 e 55001 atestam nossos procedimentos de governança e execução para qualidade, meio ambiente, segurança do trabalho e gestão de ativos. Atuação que, aliás, foi decisiva para que a Usina enfrentasse de forma segura e eficaz, no primeiro mês de 22, uma das maiores cheias dos últimos 20 anos no rio Tocantins.

O ano também foi importante para o fortalecimento do pilar social. Destinamos mais de R\$ 3 milhões a iniciativas que apoiaram comunidades do Estado do Tocantins. Com as ações coordenadas pelo Instituto EDP, patrocinamos projetos educacionais, esportivos, culturais, de saúde e empreendedorismo que beneficiaram mais de 3.160 pessoas, fomentando o protagonismo social, a geração de renda e a qualidade de vida.

Por fim, diante de tantos resultados expressivos, quero agradecer cada um dos nossos colaboradores, incluindo os colegas de diretoria, que com seu comprometimento, dedicação e trabalho nos ajudaram a tornar tudo isso possível. Agora, o nosso compromisso com a melhoria contínua e a segurança no trabalho permanecem constantes, assim como a busca pelo fortalecimento do relacionamento com nossos stakeholders e a valorização da nossa cultura.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,50 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,50 MW cada, e uma energia assegurada anual de 505,10 MW.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2022 a energia gerada foi de 4.029,9 GWh, 4,0% superior aos 3.873,9 GWh gerados em 2021 devido ao cenário hidrológico favorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 96,9%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 97,8% (apurada com base nos últimos 60 meses), mantendo o maior patamar histórico do indicador e acima do exigido no Contrato de Concessão, que é de 92,2%. Destaca-se também no ano a marca de zero falhas em equipamentos na usina, resultando na menor taxa de falha do histórico com 0,0 falhas/ano.

No mês de outubro foi divulgado pela ANEEL o ranking das melhores usinas do país e, pela terceira aparição consecutiva desde 2018, a UHE Lajeado permanece entre as duas melhores usinas do país - no levantamento de 2022, a UHE Lajeado foi classificada como a segunda melhor do Brasil.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	SalDOS		Var. %
		2022	2021	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.269.669	1.158.301	9,6%
Patrimônio líquido	R\$ mil	968.355	912.677	6,1%
Dívida líquida	R\$ mil	-143.911	-29.689	384,7%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	-0,15	-0,03	356,9%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	-0,75	-0,31	145,5%
DRE				
Receita Líquida	R\$ mil	220.982	126.818	74,3%
Gastos gerenciais*	R\$ mil	(73.876)	(69.449)	6,4%
Gastos não-gerenciais	R\$ mil	2.390	(83)	-2979,5%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	149.496	57.286	161,0%
EBITDA	R\$ mil	190.692	96.583	97,4%
Resultado financeiro	R\$ mil	(8.013)	(25.013)	-68,0%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	141.483	32.273	338,4%
Lucro líquido	R\$ mil	110.356	27.576	300,2%
* inclui depreciação e amortização				
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	86,29%	76,16%	10,1%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	49,94%	21,74%	28,2%

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2022	2021	%
Receita operacional líquida	220.982	126.818	74,3%
Gastos não gerenciais	2.390	(83)	-2979,5%
Energia elétrica comprada para revenda	(64)	639	-110,0%
Encargos de uso da rede elétrica	2.454	(722)	-439,9%
Margem bruta	223.372	126.735	76,3%
Gastos gerenciais	(73.876)	(69.449)	6,4%
Total PMSO	(32.680)	(30.152)	8,4%
Pessoal	(18.315)	(17.892)	2,4%
Materiais	(1.017)	(1.180)	-13,8%
Serviços de terceiros	(11.579)	(9.234)	25,4%
Arrendamentos e aluguéis	(218)	(146)	49,3%
Provisões e contingências	(30)	(151)	-80,1%
Outros gastos gerenciais	(1.521)	(1.549)	-1,8%
Depreciação e amortização	(41.196)	(39.297)	4,8%
Depreciação	(35.469)	(35.706)	-0,7%
Amortização	(5.727)	(3.591)	59,5%
Resultado do serviço (EBIT)	149.496	57.286	161,0%
EBITDA	190.692	96.583	97,4%
Margem EBITDA	86,3%	76,2%	13,3%
Resultado financeiro líquido	(8.013)	(25.013)	-68,0%
Receitas financeiras	22.647	4.946	357,9%
Despesas financeiras	(30.660)	(29.959)	2,3%
LAIR	141.483	32.273	338,4%
Imposto de renda e contribuição social	(31.127)	(4.697)	562,7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(33.250)	(11.818)	181,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.123	7.121	-70,2%
Lucro líquido	110.356	27.576	300,2%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 220,9 milhões em 2022, acréscimo de 74,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 94,1 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está incluída a remuneração dos custos operacionais.

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo	2022 (R\$ mil)			2021 (R\$ mil)		
	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)	220.982,00			126.818,00		
Resultado operacional (RO)	149.496,00			57.286,00		
Folha de pagamento bruta (FPB)	14.637,06			13.965,48		
2 - Indicadores Sociais Internos						
Alimentação	1.210,03	8,27%	0,55%	1.039,05	7,44%	0,82%
Encargos sociais compulsórios	3.375,57	23,06%	1,53%	3.070,03	21,98%	2,42%
Previdência privada	82,08	0,56%	0,04%	77,08	0,55%	0,06%
Saúde	837,42	5,72%	0,38%	762,48	5,46%	0,60%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	248,36	1,70%	0,11%	225,33	1,61%	0,18%
Capacitação e desenvolvimento profissional	34,00	0,23%	0,02%	58,70	0,42%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	23,08	0,16%	0,01%	22,89	0,16%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	1.591,76	10,87%	0,72%	1.512,83	10,83%	1,19%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	121,46	0,83%	0,05%	145,58	1,04%	0,11%
Total - Indicadores sociais internos	7.523,75	51,40%	3,40%	6.913,97	49,51%	5,45%
3 - Indicadores Sociais Externos						
Educação	1.051,00	0,70%	0,48%	548,00	0,96%	0,43%
Cultura	2.500,00	1,67%	1,13%	2.085,00	3,64%	1,64%
Saúde e saneamento	175,00	0,12%	0,08%	1.070,00	1,87%	0,84%
Esporte	850,00	0,57%	0,38%	653,00	1,14%	0,51%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	4.576,00	3,06%	2,07%	4.356,00	7,60%	3,43%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	4.576,00	3,06%	2,07%	4.356,00	7,60%	3,43%
4 - Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	5.421,26	3,63%	2,45%	4.381,33	7,65%	3,45%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente*	5.421,26	3,63%	2,45%	4.381,33	7,65%	3,45%

Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2022		2021	
	2022	2021	2021	2020
Nº de empregados(as) ao final do período	69	71		
Nº de admissões durante o período	7	5		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	46	43		
Nº de estagiários(as)	0	0		
Nº de empregados(as) acima de 50 anos	13	15		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	17	16		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%	0%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa**	26	15		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)**	0%	0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	1	0		



...continuação Investco S.A.

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022			2021		
	11,70			11,88		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0			0		
Número total de acidentes de trabalho	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Quando à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	213.742,00			93.342,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 26% acionistas: 22% colaboradores: 8% retido: 30% terceiros: 14%			governo: 21% acionistas: 22% colaboradores: 17% retido: 12% terceiros: 32%		

7 - Outras Informações

N/A - Não Aplicável.
 (1) - Observação 1
 (2) - Observação 2
 (3) - Observação 3
***Nota:** Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção
***Nota:** A consolidação do indicador foi alterada para refletir a definição do IBGE da categoria como a somatória de pessoas pretas e pardas

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	255.744	130.430	Fornecedores	15	6.086	4.117
Concessionárias	5	1.117	940	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	5.631	
Rendas a receber	6	19.323	10.840	Outros tributos a recolher	7	11.795	4.670
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7		6.156	Dividendos	16	42.714	16.627
Outros tributos compensáveis	7	2.261	157	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	11.615	4.031
Estoques	10	7.782	7.546	Benefícios pós-emprego	18	44	50
Prêmio de risco - GSF	11	48	48	Uso do bem público	19	8.224	7.727
Outros créditos	12	935	492	Provisões	20	6.434	6.424
Total do Ativo Circulante		287.210	156.609	Outras contas a pagar	12	3.337	3.310
Não circulante				Total do Passivo Circulante		95.680	46.956
Depósitos vinculados	20	1.550	978	Não circulante			
Prêmio de risco - GSF	11	252	300	Tributos diferidos	8	15.971	17.972
Outros créditos	12	528	526	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	100.218	96.710
		2.330	1.804	Benefícios pós-emprego	18	1.121	1.284
Imobilizado	13	953.300	983.192	Uso do bem público	19	68.578	58.370
Intangível	14	26.829	16.696	Provisões	20	18.304	22.111
		980.129	999.888	Outras contas a pagar	12	1.242	2.221
Total do Ativo Não circulante		982.459	1.001.692	Total do Passivo Não circulante		205.434	198.668
TOTAL DO ATIVO		1.269.669	1.158.301	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	21.1	804.459	804.459
				Reservas de capital	21.3	14.473	14.473
				Reservas de lucros	21.3	148.778	93.329
				Outros resultados abrangentes		645	416
				Total do Patrimônio líquido		968.355	912.677
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.269.669	1.158.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2022	2021
Receitas	22	220.982	126.818
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23		
Custo do serviço de energia elétrica		2.390	(83)
Custo de operação		(63.550)	(59.987)
		(61.160)	(60.070)
Lucro bruto		159.822	66.748
Despesas e Receitas operacionais	23		
Despesas gerais e administrativas		(10.296)	(9.386)
Outras despesas e receitas operacionais		(30)	(76)
		(10.326)	(9.462)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		149.496	57.286
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		22.647	4.946
Despesas financeiras		(30.660)	(29.959)
		(8.013)	(25.013)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		141.483	32.273
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(33.250)	(11.818)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.123	7.121
		(31.127)	(4.697)
Lucro líquido do exercício		110.356	27.576
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,20362	0,04615
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,20362	0,04615
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,20362	0,04615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2022	2021
Lucro líquido do exercício	110.356	27.576
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego	347	412
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(118)	(140)
Resultado abrangente do exercício	110.585	27.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	804.459	14.473	90.225	144	-	909.301
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2021			(10.708)		(10.708)	
Lucro líquido do exercício					27.576	27.576
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			1.379		(1.379)	-
Reserva de retenção de lucros			2.516			2.516
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA de 23/12/2021				(16.280)	(16.280)	
Lucro do exercício a deliberar			9.917		(9.917)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				412	412	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(140)	(140)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	804.459	14.473	93.329	416	-	912.677
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	804.459	14.473	93.329	416	-	912.677
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2022			(9.917)		(9.917)	
Lucro líquido do exercício					110.356	110.356
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			5.518		(5.518)	-
Reserva de retenção de lucros			1.953			1.953
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA de 22/12/2022				(46.943)	(46.943)	
Lucro do exercício a deliberar			57.895		(57.895)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego				347	347	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(118)	(118)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	804.459	14.473	148.778	645	-	968.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MWm, representando uma potência total instalada de 902,5 MWm, uma potência assegurada de 823,3 MWm e uma garantia física de 505,1 MWm.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final do contrato

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		141.483	32.273
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		41.196	39.297
Direito de concessão - GSF		(3.269)	
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos		20.046	10.465
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		6.773	13.913
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		4.290	2.818
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.346	2.423
Outros		(147)	184
		211.718	101.373
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(177)	348
Outros tributos compensáveis		(4.245)	(940)
Estoques		(236)	(341)
Cauções e depósitos vinculados		(496)	
Rendas a receber		(8.483)	1.858
Outros ativos operacionais		(445)	(369)
		(14.082)	556
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		1.969	(355)
Outros tributos a recolher		6.191	4.636
Benefícios pós-emprego		(347)	(5)
Provisões		(9.433)	(4.957)
Uso do bem público		(7.795)	(6.587)
Outros passivos operacionais		(351)	(212)
		(9.766)	(7.480)
Caixa proveniente das atividades operacionais		187.870	94.449
Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.278)	(13.849)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		161.592	80.600
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(6.238)	(3.956)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.238)	(3.956)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(21.781)	(26.896)
Pagamentos de encargos de dívidas		(8.012)	(7.607)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(247)	(263)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	28.1	(30.040)	(34.766)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		125.314	41.878
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		255.744	130.430
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		130.430	88.552
		125.314	41.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2022	2021
Geração do valor adicionado	251.040	144.076
Receita operacional	243.889	140.091
Receita relativa à construção de ativos próprios	7.133	3.956
Outras receitas	18	29
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(19.574)	(16.368)
Custos da energia comprada	3.194	700
Encargos de uso da rede elétrica	(893)	(791)
Materiais	(3.568)	(3.346)
Serviços de terceiros	(15.605)	(11.281)
Outros custos operacionais	(2.702)	(1.650)
Valor adicionado bruto	231.466	127.708
Retenções		
Depreciações e amortizações	(41.478)	(39.555)
Valor adicionado líquido produzido	189.988	88.153
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	23.754	5.189
Valor adicionado total a distribuir	213.742	93.342

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$8.052, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$76.802 (R\$66.097 em 31 de dezembro de 2021). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.7); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 12.1); Determinação da receita com arrendamento (Notas 6 e 22); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 20.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 20.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios considerando um segmento de exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). Em 2022 o segmento concentrou 95% da receita operacional bruta.

2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

2.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade do *International Accounting Standards Board (IASB)* e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitir novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.9 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Revisão Contratos Onerosos	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

2.10 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4 / IAS 28 / IAS 34 / IAS 8 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 32 / IFRS 1 / IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Resivão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information</i> (2021).	IAS 36 / IAS 7 / IAS 38 / IFRS 3 / IAS 15 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 40 / IFRS 5 / IAS 19 / IFRS 1 / IAS 32 / IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i>).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos do exercício

3.1 Ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor - GSF*

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães de 15 de janeiro de 2033 para 22 de novembro de 2035 que representa um acréscimo de extensão de 980 dias.

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 16) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 17), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (RS/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultados Operacionais	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	2022	2021
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP São Paulo	Controle Comum	293,26	01/08/2002 a 15/12/2032	333	315	-	-	3.989	3.045
Uso do sistema de transmissão									
EDP São Paulo	Controle Comum	-	01/08/2005 a 15/12/2032	27	26	-	-	309	274
		360		341				4.298	3.319
Fornecedores									
Uso do sistema de transmissão									
Horizon Transmissão MA II	Controle comum (*)	-	04/01/2020 a 31/01/2033	-	-	-	-	-	(1)
Horizon Transmissão MA I	Controle comum (*)	-	01/11/2001 a 31/01/2033	-	-	-	-	-	(1)
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum	-	01/11/2001 a 31/01/2033	-	-	-	-	(6)	-
EDP Transmissão Aliança	Controle comum	-	01/11/2001 a 31/01/2033	-	-	-	-	(6)	(1)
EDP Goiás	Controle comum (**)	-	01/11/2001 a 31/01/2033	-	-	-	-	(4)	-
Contrato de prestação de serviços (b)									
EDP Goiás	Controle comum	-	01/06/2022 a 30/06/2023	-	-	553	-	(553)	-
						553		(569)	(3)
Rendas a receber (Nota 6)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta	-	15/01/1998 a 15/01/2033	14.106	7.913	-	-	169.273	94.951
CEB Lajeado	Acionista não controlador	-	15/01/1998 a 15/01/2033	3.865	2.168	-	-	46.376	26.014
Paulista Lajeado	Acionista não controlador	-	15/01/1998 a 15/01/2033	1.352	759	-	-	16.232	9.105
				19.323	10.840			231.881	130.070
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)									
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/01/2019 a 31/12/2022	-	-	25	-	457	879 (1.011) (1.193)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/01/2015 a 31/12/2026	-	-	-	20	10 (260) (92)	
EDP São Paulo	Controle Comum	-	01/01/2021 a 31/12/2022	-	-	-	5	4 (8) (4)	
Contrato de Compartilhamento de Atividades de <i>BackOffice</i> (c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/01/2019 a 31/12/2023	-	-	-	7	104 (1.801) (1.431)	
Contrato de prestação de serviços (d)									
EDP Trading	Controle Comum	-	01/12/2019 a 30/11/2024	-	-	79	-	(395) (867)	
				19.683	11.181	25	553	79	489 997 3.475 (3.587)



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II.
 (***) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.
 (****) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a Companhia Energest.
 As garantias concedidas e os avisos recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2).
 As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. O contrato celebra o compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora final EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora final EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP - Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Os demais contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo, celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre aquela companhia e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL. (c) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 elas estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023. Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás(**) como partes do contrato.

O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. O contrato de compartilhamento de atividades de *backOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(d) **Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Trading. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré- operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 01 de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R\$69, atualizado anualmente pelo IPCA. Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 31 de dezembro de 2024.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, conseqüentemente, a partir desta data foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(**) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.
 (***) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia

	2022				2021			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	967	76	155	1.198	862	76	150	1.088
Benefícios de curto prazo (b)	29	-	-	29	23	-	-	23
Benefícios - Previdenciária Privada	6	-	-	6	-	-	-	-
Total	1.002	76	155	1.233	905	76	150	1.131

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.
 (b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2022			2021		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,00	1,00	5,00	3,00	1,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	260	76	30	397	76	30
Valor da menor remuneração individual	258	76	30	247	76	30
Valor médio da remuneração individual	332	76	30	302	76	30

10 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2022 de R\$7.782 (R\$7.546 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 13) pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$922 (R\$825 em 31 de dezembro de 2021).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

11 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$300 (R\$348 em 31 de dezembro de 2021), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados R\$47 (R\$47 em 2021).

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	2022			2021		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Outros créditos - Ativo						
Serviços em curso	8	-	-	64	62	501
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	-	9	-	772	401	25
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	99	29	-
Total	8	9	-	935	492	528
Outras contas a pagar - Passivo						
Folha de pagamento	-	391	-	299	-	-
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	-	9	-	489	997	-
Arrendamentos e aluguéis	-	12.1	198	243	752	1.224
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	12.3	2.593	2.621	-	-
Encargos Setoriais	-	-	63	66	-	-
Outros	-	-	92	81	1	-
Total	-	3.337	3.310	1.242	2.221	2.221

12.1 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2021		Ingressos (Nota 12.2)		Pagamentos		Transferências		AVP		Reversão (Nota 13.2.1)		Saldo em 31/12/2022	
	Edifícios	Veículos	Edifícios	Veículos	Edifícios	Veículos	Edifícios	Veículos	Edifícios	Veículos	Edifícios	Veículos	Edifícios	Veículos
Total Circulante	243	69	8	69	(182)	(247)	165	2	(105)	131	67	131	67	
Total Não circulante	1.224	48	-	48	(165)	98	(608)	597	155	155	155	155	155	
Total	1.224	242	-	242	(236)	130	(608)	752	307	307	307	307	307	

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2023	131	10,50%	67	13,81%
Total Circulante	131		67	
Não circulante				
2024	17	11,19%	10	13,81%
2025	95	11,19%	57	13,81%
2026	85	11,19%	50	13,81%
2027	77	11,19%	38	13,81%
2028	69	11,19%	-	-
2029 até 2034	254	11,19%	-	-
Total Não circulante	597		155	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

	Nominal	Com AVP
Fluxos de caixa		
Contraprestação do arrendamento	1.466	950
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(136)	(88)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 13). O valor de adições refere-se principalmente à nova sede da controladora final, localizada em São Paulo.

12.2 Ingressos

O valor de ingressos de R\$311 refere-se substancialmente a locação de veículos de frota.

12.3 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

13.1 Composição do imobilizado

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		117.759	-	117.759		117.759	-	117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	696.032	(277.059)	418.973	2,00	696.032	(263.139)	432.893
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,23	334.371	(156.812)	177.559	2,23	334.371	(149.361)	185.010
Máquinas e equipamentos	3,12	436.141	(232.599)	203.542	3,12	436.141	(219.171)	216.970
Veículos	14,29	598	(558)	40	14,29	598	(511)	87
Móveis e utensílios	7,17	1.002	(266)	736	7,17	867	(180)	687
		1.585.903	(667.294)	918.609		1.585.768	(632.362)	953.406
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	529	(343)	186	3,22	529	(326)	203
Máquinas e equipamentos	2,44	17.560	(11.543)	6.017	2,44	17.560	(11.208)	6.352
		18.089	(11.886)	6.203		18.089	(11.534)	6.555

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,24	93	(23)	70	12,24	93	(11)	82
Máquinas e equipamentos	11,45	1.360	(1.049)	311	11,45	1.359	(955)	404
Veículos	14,29	1.089	(732)	357	14,29	703	(648)	55
Móveis e utensílios	8,46	1.009	(398)	611	8,59	978	(316)	662
		3.551	(2.202)	1.349		3.133	(1.930)	1.203
Total do imobilizado em serviço		1.607.543	(681.382)	926.161		1.606.990	(645.826)	961.164
Ativos de direito de uso (Nota 13.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	18,18	981	(482)	499	12,21	1.638	(338)	1.300
Veículos	20,00	255	(51)	204	-	-	-	-
Total Ativos de direito de uso		1.236	(533)	703		1.638	(338)	1.300
Imobilizado em curso								
Geração		25.690	-	25.690		20.293	-	20.293
Administração		746	-	746		435	-	435
Total do imobilizado em curso		26.436	-	26.436		20.728	-	20.728
Total do imobilizado		1.635.215	(681.915)	953.300		1.629.356	(646.164)	983.192

13.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à filial da controladora final localizada em São Paulo.

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

13.2 Movimentação do imobilizado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor líquido	Transf. para imobilizado	Depreciações	Reversão
Total do imobilizado em serviço	961.164	-	552 (35.555)	-

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor líquido	Transf. para imobilizado	Depreciações	

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.1.1 Ações recebíveis cumulativas

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$111.833 (R\$100.741 em 31 de dezembro de 2021) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações. Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2021		Pagamentos (Notas 16 e 21.3)		Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante								
Juros	4.031	(8.012)	10.876	4.720			-	11.615
	4.031	(8.012)	10.876	4.720				11.615
Não circulante								
Principal	62.849						5.468	68.317
Juros	33.861			(4.720)			2.760	31.901
	96.710	-	-	(4.720)			8.228	100.218

17.3 Vencimento das parcelas

	Circulante	Não circulante
2023	11.615	11.615
2024		4.342
2025		3.995
2026		3.675
2027		3.110
2028 até 2033		85.096
Total		111.833

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, na modalidade de Contribuição definida, e planos de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	44	50	1.121	1.284
	44	50	1.121	1.284

18.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Companhia de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendia a essa condição. A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo atualizados no exercício:

	Circulante		Não circulante		Valor presente das obrigações do benefício
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Saldos em 31 de dezembro de 2021					(1.334)
Custo do serviço corrente					(59)
Custo dos juros				24	(119)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL					347
Saldos em 31 de dezembro de 2022					(1.165)

18.2 Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enervep, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$325 (R\$298 em 2021). Em 31 de dezembro de 2022 este plano tem a adesão de 47 colaboradores (52 em 31 de dezembro de 2021).

19 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1). O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 14) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão. Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2021		Ingressos (Nota 14.2.1)		Ajuste a Valor presente		Encargos e atualizações monetárias		Pagamentos		Transferências		Saldo em 31/12/2022	
Circulante														
Uso do bem público	7.727			(52)	(256)	(7.796)	8.601	8.224						
	7.727	-	(52)	(256)	(7.796)	8.601	8.224							
Não circulante														
Uso do bem público	58.370	11.728	2.316	4.765		(8.601)	68.578							
	58.370	11.728	2.316	4.765	-	(8.601)	68.578							

20 Provisões e Depósitos vinculados

	Passivo						Ativo	
	Nota	Circulante		Não circulante		Depósitos vinculados		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1	16.313	15.864	1.550	978			
Licenças ambientais	20.2	6.434	6.424	1.991	6.247			
Total		6.434	6.424	18.304	22.111	1.550	978	

	31/12/2022 e 31/12/2021											
	Em milhares de ações											
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
 - (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
 - (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Lucro a ser destinado

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido apurado no exercício		110.356	27.576
Lucro líquido ajustado		110.356	27.576
Lucro líquido ajustado		110.356	27.576
Constituição da reserva legal - 5%	21.3	(5.518)	(1.379)
		104.838	26.197
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	16	46.943	16.280
Lucro do exercício a deliberar	21.3	57.895	9.917
		104.838	26.197
Dividendos por ação ON - JSCP	0,10894	0,04696	
Dividendos por ação PNR - JSCP	0,01223	0,01223	

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	21.3.1	14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal	21.2	61.149	55.631
Retenção de lucros	21.3.2	16.816	14.863
Lucro do exercício a deliberar	16 e 21.3.3	57.895	9.917
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	21.3.4	12.918	12.918
		148.778	93.329
Total		163.251	107.802

21.3.1 Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

21.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias. A constituição no montante de R\$16.817 é decorrente do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito na nota 17.2.

21.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

21.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

21.3.5 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos. A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2021	Ganhos	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2022
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	627	347		974
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(211)		(118)	(329)
	416	347	(118)	645

22 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. A atualização monetária é mensal e por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						Ativo		
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2022	Depósito Judicial 31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	20.1.1.1	15.281	1.143	(3.708)		3.117	15.833	223	214
Outros	20.1.1.2	583	116	(133)	(86)		480		
Total Não circulante		15.864	1.259	(3.841)	(86)	3.117	16.313	223	214

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$1.546 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.981 em 31 de dezembro de 2021).

20.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.989 (R\$2.474 em 31 de dezembro de 2021).

Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$12.843 (R\$12.807 em 31 de dezembro de 2021). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.138 (R\$13.138 em 31 de dezembro de 2021) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 13.2).

20.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Passivo			Ativo	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	20.1.2.1	131.894	109.266		
Fiscais	20.1.2.2	8.474	4.845		73
Total		140.368	114.111		73

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2021				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda		(639)				(639)
Encargos de uso da rede elétrica		718				718
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.1		13.076	4.816		17.892
Material			917	263		1.180
Serviços de terceiros	23.2		6.945	2.289		9.234
Depreciação - Imobilizado em serviço	13.2		35.266	141		35.407
Depreciação - Ativos de direito de uso	13.2			299		299
Amortização			3.407	184		3.591
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				151		151
Arrendamentos e aluguéis			45	101		146
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(19)	(19)
Outras	4		331	1.142	95	1.572
Total		83	59.987	9.386	76	69.532

23.1 Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	9.170	9.099
Encargos	3.053	3.050
Previdência privada - Corrente	331	395
Despesas rescisórias	390	318
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.616	1.438
Outros benefícios - Corrente	2.353	2.213
Outros benefícios pós-emprego	68	88
	16.981	16.601
Administradores		
Honorários e encargos	1.305	1.263
Benefícios dos administradores	29	28
	1.334	1.291
	18.315	17.892

23.2 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	2.198	764
Serviços de manutenção	4.332	3.779
Serviços de limpeza e vigilância	1.496	1.451
Serviços ambientais	200	232
Serviços de informática	1.456	1.421
Serviços de publicação e publicidade	272	168
Serviços de telecomunicações	176	218
Serviços de transporte	212	90
Serviços compartilhados	1.653	1.201
(-) Crédito de PIS/COFINS	(749)	(344)
Outros	333	254
	11.579	9.234

24 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	23.309	4.718
Energia vendida		19	104
Depósitos judiciais		76	31
Juros e multa sobre tributos	7	234	226
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.107)	(243)
Outras receitas financeiras		116	110
		22.647	4.946
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2	(10.876)	(2.516)
Ajustes a valor presente	17.2	(8.228)	(7.949)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	(3.117)	(2.667)
Uso do bem público	24.1	(6.773)	(13.913)
Benefícios pós-emprego		(119)	(120)
Arrendamentos e aluguéis	12.1	(132)	(143)
Outros juros e variações	24.2	(1.352)	(2.423)
Outras despesas financeiras		(63)	(228)
		(30.660)	(29.959)
		(8.013)	(25.013)

24.1 Uso do bem público

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se principalmente ao indexador IGP-M, que foi de 6,47% no acumulado em 2022 (17,78% em 2021).

24.2 Outros juros e variações

A variação na rubrica do Outros juros e variações refere-se principalmente ao indexador IPCA nas licenças ambientais, que foi de 5,47% no acumulado em 2022 (9,52% em 2021).

25 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	141.483	32.273
Alíquota IRPJ e CSLL	34%	34%
	(48.104)	(10.973)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(77)	(53)
Perdas indedutíveis		(36)
Juros sobre o capital próprio	20.599	7.140
Juros sobre as ações preferenciais	(3.698)	(855)
Outras	153	132
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		(52)
Despesa de IRPJ e CSLL	(31.127)	(4.697)
Alíquota Efetiva	22,0%	14,6%

26 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos convertíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	81.896	18.562
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	3.317	752
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	21.828	4.947
	110.356	27.576
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,20362	0,04615
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,20362	0,04615
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,20362	0,04615

Segue abaixo a conciliação do Resultado Líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes (Nota 26.1)	Resultado por classe de ações
2022			
Ordinárias (ON)	56.440	25.456	81.896
Preferenciais Classe "R" (PNR)	35.863	(32.737)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	2.286	1.031	3.317
Preferenciais Classe "B" (PNB)	154	(535)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	72.043	6.785	21.828
	110.356	-	110.356
2021			
Ordinárias (ON)	14.104	4.458	18.562
Preferenciais Classe "R" (PNR)	8.961	(5.835)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	571	181	752
Preferenciais Classe "B" (PNB)	181	8	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.759	1.188	4.947
	27.576	-	27.576

26.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" têm as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2	233.810	129.511	233.810	129.511
		233.810	129.511	233.810	129.511
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento	Nível 2	21.934	919	21.934	919
Concessionárias	Nível 2	1.117	940	1.117	940
Rendas a receber	6 Nível 2	19.323	10.840	19.323	10.840
Outros créditos - Partes relacionadas	9 Nível 2		25		25
		42.374	12.724	42.374	12.724
		276.184	142.235	276.184	142.235

Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Custo amortizado					
Fornecedores	15 Nível 2	6.086	4.117	6.086	4.117
Uso do bem público	1.1.1 Nível 2	71.042	62.639	76.802	66.097
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17				
Moeda nacional	Nível 2	109.836	109.506	111.833	100.741
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9 Nível 2	489	997	489	997
Arrendamentos e aluguéis	12.1 Nível 2	995	1.467	950	1.467
Licenças Ambientais	20.2 Nível 2	10.586	12.793	8.425	12.671
		199.034	191.519	204.585	186.090

27.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

27.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento no contratatado dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

27.1.2.1 Mensuração a valor

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para 190MWm e 87% para 20,9MWm, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

27.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

27.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Rendas a receber**

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL e Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

27.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos	111.833	100.741
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(255.744)	(130.430)
Dívida líquida	(143.911)	(29.689)
Total do Patrimônio Líquido	968.355	912.677
Total do capital	824.444	882.988
Índice de alavancagem financeira - %	-17,46%	-3,36%

28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Efeito não caixa				
		Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	16	16.627	(21.781)		47.868	42.714
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17.2	100.741	(8.012)	8.228	10.876	111.833
Arrendamentos e alugueis	12.1	1.467	(247)	132	(402)	950
		118.835	(30.040)	8.360	58.342	155.497

	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2021
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	21.491	(26.896)		22.032	16.627
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	98.591	(7.607)	7.949	1.808	100.741
Arrendamentos e alugueis	280	(263)	143	1.307	1.467
	120.362	(34.766)	8.092	25.147	118.835

28.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	47.889	22.032
Constituição do direito de concessão - GSF	3.269	
Constituição do Uso do Bem Público no intangível	11.728	
Constituição/Reversão de arrendamentos e alugueis no Imobilizado	(402)	1.307
Total	62.484	23.339

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	31/12/2022				Total geral	31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028		Total geral
Obrigações de compra					-	2.682
Compra de Energia					225	28.186
Materiais e serviços	14.796	10.146	3.019		446	446
Prêmio de risco - GSF					671	28.632
	14.796	10.146	3.019		671	25.427

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				Total geral	31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028		Total geral
Obrigações de compra					-	2.765
Compra de Energia					343	29.142
Materiais e serviços	14.284	10.788	3.727		872	872
Prêmio de risco - GSF					1.215	30.014
	14.284	10.788	3.727		1.215	26.348

29.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/12/2022	31/12/2021
Seguro de vida	Aval de acionista	12.440	11.319
Ações judiciais	Seguro garantia	652	539
		13.092	11.858

30 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	12.247	12.247	12.247	12.247
Usina	1.004.816	200.000	1.004.816	200.000
Linhas de Transmissão	3.888	3.888	3.888	3.888
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.101	1.101	1.101	1.101
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	12.440	(*)	11.319	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$247.595; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.611.

31 Evento subsequente

31.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Conselheiro	Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	Edison Antônio Costa Brito Garcia Conselheiro
---	---	---

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior Conselheiro	Felipe Ha Jung Kim Conselheiro	João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro	Marlon Resende Junior Conselheiro	Flávio Samuel Disitzer Conselheiro
---	--	---	---	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente e de Relações com Investidores	Rodolfo Colli da Cunha Diretor Vice-Presidente	Plácido Gonçalves Meirelles Junior Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação
Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Vice-Presidente de Controle	Patrícia Pereira Kleiber Diretora Vice-Presidente	José Gleyson Fernandes Silva Diretor Administrativo e Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade e Custos Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO
--	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2023 às 14:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e o Comentário de Desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, manifestamo-nos, por maioria de votos, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Felipe Ha Jong Kim Conselheiro Efetivo	Allain Brasil Bertrand Júnior Conselheiro Efetivo	João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro Efetivo	Marlon Resende Junior Conselheiro Efetivo	Flávio Samuel Disitzer Conselheiro Efetivo
--	---	---	---	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do Contrato de arrendamento UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Consulte as notas explicativas 01, 06 e 22 às demonstrações financeiras)

A Companhia possui contrato de arrendamento da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado, o respectivo arrendamento se dá considerando a participação de cada concessionária no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece mensalmente os efeitos desse contrato de arrendamento, considerando inclusive sua atualização monetária, a qual ocorre em base anual. Adicionalmente, a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, incluindo sua manutenção, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão. A receita auferida por este contrato de arrendamento é a principal receita da Companhia, sendo, em função de sua natureza e relevância, assunto de suma importância para entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras. Em função disso, dos julgamentos envolvidos na forma de mensuração dos valores envolvidos e correção monetária do contrato de arrendamento, que podem impactar o valor das receitas de arrendamento e contas a receber nas demonstrações financeiras, o tema foi considerado como o principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:
 - A avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de arrendamento;
 - Avaliação da acuracidade do cálculo da receita de arrendamento, performado pela Companhia, por meio do recálculo do valor reconhecido no resultado do exercício, aplicando o percentual definido em contrato sob o valor do imobilizado líquido de depreciação;
 - Avaliação da precisão dos dados utilizados na mensuração da receita de arrendamento comparando o percentual aplicado sobre o saldo do imobilizado líquido com o percentual determinado em contrato, bem como comparando o índice de correção monetária utilizado no cálculo com os dados apresentados por fontes oficiais no período abrangido pelo contrato;
 - Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes;
- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos de receita com arrendamentos e arrendamentos a receber, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance